
A DIALÉTICA DO TRABALHO. ESCRITOS DE MARX E ENGELS

[...] podemos dizer que, por um lado, o trabalho é uma atividade central na história humana, em seu processo de sociabilidade e mesmo para sua emancipação. Por outro, com advento do capitalismo, houve uma transformação essencial, que alterou e tornou complexo o trabalho humano. A desconsideração dessa dupla dimensão, presente no mundo do trabalho, permitiu que muitos autores, equivocadamente, defendessem o fim da atividade laborativa, o fim do trabalho.
(ANTUNES, 2004).

Suana Medeiros Silva¹
smanygeo@yahoo.com.br

A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels se trata, como o próprio Antunes informa na apresentação do referido livro, de uma coletânea que tem como objetivo principal introduzir as leitoras e os leitores ao pensamento de Marx e Engels sobre o significado do trabalho. O autor evoca a importância da categoria trabalho para a humanidade e a necessidade nos dias atuais, da compreensão de seus vários significados e sentidos. Ao mesmo tempo, nos chama atenção sobre o equívoco de negligenciar a dupla dimensão do trabalho ao considerá-lo somente a partir da forma alienada na qual ele é reproduzido no capitalismo e; a partir disso, defender o seu fim, como fazem alguns autores. Assim, essa discussão é o que ele chama de “núcleo base” dessa coletânea.

Além da apresentação, o referido livro é constituído por seis partes, reunindo textos e fragmentos de Marx e Engels. São elas: Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem; Processo de trabalho e processo de valorização; Salário, preço e lucro; Crítica ao Programa de Gotha; Trabalho produtivo e trabalho improdutivo e; Trabalho estranhado e propriedade privada.

O primeiro texto, é um escrito de Engels de 1876 publicado pela primeira vez em 1896, ou seja, vinte anos após sua escrita. A versão apresentada no livro é a edição soviética de 1952 – de acordo com o manuscrito em alemão – traduzida do espanhol. Engels traz nele um recorrido histórico do desenvolvimento do trabalho enquanto fundante do ser social, descrevendo as etapas pelas quais passaram nossos antepassados na transição do macaco ao ser humano – ser social. Ele afirma logo no início do texto que o trabalho é, ao lado da natureza que fornece os materiais necessários, muito mais que “a fonte de toda riqueza”

¹ Profa adjunta na Universidade Federal de Alagoas. Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

como afirmam os economistas; ele “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” podendo-se afirmar até certo ponto “que o trabalho criou o próprio homem”.

O trabalho foi o responsável por transformar uma raça de macacos antropomorfos que viviam no Período, em seres humanos. Totalmente cobertos de pelos, vivendo em árvores e formando manadas, supõe-se que, devido às suas necessidades diárias – como por exemplo a de trepar nas árvores –, as mãos tinham que desempenhar funções distintas das dos pés e isso, conseqüentemente, os levou a prescindir das suas mãos ao caminhar, adotando progressivamente a postura ereta. E isso foi decisivo para essa transformação. Homens/mulheres e macacos possuem o mesmo número e a mesma disposição geral dos ossos e músculos, mas a mão do macaco não consegue realizar as mesmas operações de uma mão humana. Alguns macacos utilizam as mãos para construir ninhos nas árvores, empunhar pedaços de pau para se defender ou para derrubar frutos, ou até mesmo, quando prisioneiros, copiam várias operações humanas com as mãos; no entanto, jamais conseguiram construir um machado de pedra. As mãos dos nossos antepassados foram pouco a pouco se adaptando, em uma transição que durou muitos milhares de anos e onde, ao princípio, eram executadas funções simples. “Antes de a primeira lasca de sílex ter sido transformada em machado pela mão do homem, deve ter sido transcrito um período tão longo que, em comparação com ele, o período histórico por nós conhecido torna-se insignificante” (ENGELS, 1952).

Nesse recorrido histórico da transição, que evoca o trabalho como fundante do ser humano e identifica a mão como órgão crucial nessa transformação, o autor ressalta algo muito importante para a apreensão do trabalho em sua dimensão ontológica: “a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele”. Aqui, Engels nos lembra que ao transformarmos a natureza por meio do trabalho, não somente transformamos ela com as nossas mãos e nosso trabalho, mas também somos modificados, como bem afirma Marx, quando define o trabalho como um metabolismo entre homens/mulheres e natureza. Não sendo a mão um órgão não independente, mas integrante de um organismo complexo, o que beneficiava a mão, beneficiava todo o corpo também, em dois aspectos. Primeiro, devido a lei que Darwin chamou de correlação do crescimento², o aperfeiçoamento progressivo da mão e a adaptação dos pés andando em posição ereta exerceram influência em outras partes do organismo. Além disso, o domínio da natureza com o desenvolvimento da mão e do trabalho (e com a elaboração de instrumentos), levava também à ampliação de descobertas

2 Segundo essa lei, certas formas das diferentes partes dos seres orgânicos sempre estão ligadas a determinadas formas de outras partes, que aparentemente não têm nenhuma relação com as primeiras. [...] As modificações experimentadas por certas formas provocam mudanças na forma de outras partes do organismo, sem que estejamos em condições de explicar tal conexão. (ENGELS, 1952).

em relação aos objetos e suas propriedades. Segundo, o desenvolvimento do trabalho aumentou as ajudas mútuas e as atividades conjuntas e, com isso, veio a necessidade da comunicação oral. De acordo com Engels, essa necessidade modificou a laringe ainda pouco desenvolvida, e os órgãos da boca também foram aprendendo a pronunciar sons mais articulados. Junto com o trabalho, a palavra articulada foi, depois deste, um dos principais estímulos que fez o cérebro do macaco ir se transformando em cérebro humano, e, gradativamente, também se desenvolviam os órgãos dos sentidos – seus instrumentos mais imediatos, segundo o autor.

Essa etapa da transição que envolvia o desenvolvimento dos sentidos a serviço do cérebro e uma consciência e capacidade de abstração e discernimento cada vez maiores, levaram a definitiva separação entre o que era aquele macaco anterior ao trabalho – e a tudo o que o trabalho trouxe – e o homem/mulher que se desenvolvem nesse processo. Não obstante, esse desenvolvimento é contínuo e leva esse ser em transformação, nesse ritmo progressivo, a criar depois de provavelmente centenas de milhares de anos em transição, a sociedade – o que, segundo Engels, caracteriza o “homem acabado”. Esse “homem acabado”, já buscava habitação e a cobrir seu corpo para se proteger do frio; já acrescentava à pesca e à caça, a agricultura; já realizava mais tarde a tecelagem, a fiação, a olaria, navegação e, consecutivamente, desenvolveu o comércio, os ofícios, as artes, as ciências. As tribos se transformaram em nações e Estados e com isso, surgiram o direito e a política, e a religião, como reflexo das coisas no cérebro humano.

Assim como Marx afirma que os humanos são, se comparados aos animais, os únicos capazes de planejar o trabalho antes de executá-lo, Engels ressalta que quanto mais os homens e as mulheres vão afastando dos animais, mais suas ações sobre a natureza vão adquirindo um caráter intencional e planejado, tendo como fim alcançar objetivos traçados previamente. Os animais utilizam e modificam a natureza somente por estarem nela, mas a mulher e o homem modificam a natureza e ao mesmo tempo, a dominam. Mas, nós pertencemos à natureza. E a cada dia vamos conhecendo e descobrindo os efeitos imediatos e as consequências remotas dessa dominação. No entanto, da mesma forma que foram necessários milhares de anos para que pudéssemos prever essas consequências naturais no sentido da produção, mais ainda foi para compreender as remotas consequências sociais dessas mesmas ações. A criação da máquina a vapor entre os séculos 17 e 18 refletem isso, quando nos leva a constatar que os homens responsáveis por ela, não sabiam que tinham criado um instrumento que transformaria as condições sociais em todo o mundo. Somente com a ampliação das experiências e o confronto e análise dos materiais proporcionados pela

História, vamos conhecendo e controlando de certa forma as consequências sociais indiretas das nossas ações na produção.

O texto no livro, termina com Engels ressaltando que até o seu tempo presente, todos os modos de produção – tendo nesse caso, o capitalismo como modo vigente – sem fazer caso algum das consequências, só procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata, onde a prioridade era o lucro, o que ele em outras palavras chama de resultados primeiros e palpáveis.

Na parte “Processo de Trabalho e processo de valorização”, o livro traz um fragmento extraído de *O capital* (páginas 149 a 163, livro primeiro), de Marx, onde o trabalho é evidenciado como elemento central na construção da sociedade; primeiro como condição de reprodução da vida, depois como instrumento de acumulação do capital. O texto inicia com uma afirmação que vai de certa forma, perpassar tudo o que vem depois, ao passo que os dois processos vão sendo desvendados pelo autor e deixando claro de que forma ocorre a dominação e a exploração do trabalho para a geração de lucro e *mais-valia*: “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela [o trabalhador]”. Por outro lado, aqui também aparece o *valor de uso*, como produto primeiro do trabalho e como elemento que demarca a dupla dimensão do mesmo, ainda que ele seja comprado. Marx afirma que o trabalhador representa o seu trabalho em mercadorias que o capitalista o faz produzir, mas essas mercadorias são sobretudo, *valores de uso*, que satisfazem necessidades.

Definindo o trabalho como “um processo entre o homem e a natureza”, onde o homem, “por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”, Marx afirma que nesse metabolismo, ao mesmo tempo em que modificamos a natureza externa a nós, também modificamos a nossa própria natureza. Sobre essa modificação, temos a explicação de Engels no texto anterior, quando o mesmo descreve o desenvolvimento da mão como o órgão decisivo para a execução do trabalho na transição do homem ao macaco e, ao mesmo tempo, como órgão que foi modificado pelo trabalho. Além disso, a modificação da laringe, a articulação dos órgãos da boca para que a linguagem oral fosse desenvolvida. Nessa parte de *O capital*, é onde Marx compara o trabalho humano com o trabalho instintivo dos animais, utilizando o exemplo da abelha, que “envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”, obtendo assim, um resultado que existia na imaginação do trabalhador no início do trabalho.

Mais adiante, Marx vai revelando a constituição do processo de trabalho enquanto processo de consumo da força de trabalho no modo de produção capitalista, que segundo ele, apresenta dois fenômenos peculiares. O primeiro diz respeito ao controle do capitalista sobre o trabalho que ele compra, cuidando assim também da ordem, da preservação dos instrumentos de trabalho e evitando desperdício de matéria-prima. O segundo, é o fato do produto desse trabalho não pertencer ao seu produtor direto (o trabalhador) e sim ao capitalista, que paga por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho.

Explicado o processo de trabalho, Marx segue adiante destrinchando agora o processo de valorização (da mercadoria). O processo de valorização é uma condição imprescindível para o capitalista que compra a força de trabalho para produzir, pois ele não quer simplesmente produzir valores de uso, ele quer produzir valores de uso que tenham um valor de troca; além disso, quer produzir um valor de troca, uma mercadoria, que tenha um valor mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la – os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou dinheiro. Assim, como a mercadoria é uma unidade que representa valor de uso e valor, o seu processo de produção tem que ser unidade de processo de trabalho e também processo de formação de valor. Dessa forma, o processo de trabalho torna-se também um processo de formação de valor.

Sabendo que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado no seu valor de uso – ou seja, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção –, o valor da mercadoria que o capitalista pagou para ser produzida, terá, portanto, o valor de todo o trabalho cristalizado nela. Mas esse trabalho cristalizado não diz respeito somente a força de trabalho que ele comprou do trabalhador que, com seu trabalho, produziu tal mercadoria; diz respeito também a todo o trabalho que foi necessário antes para produzir a matéria-prima e os instrumentos utilizados na produção dessa referida mercadoria. Todo esse trabalho anterior, trabalho passado, está contido na mercadoria final e, mesmo sendo anterior, faz parte do mesmo processo de trabalho, o mesmo que produziu a mercadoria, seja ela um fio³, um caderno, uma roupa. Além do valor do trabalho comprado diretamente pelo capitalista, os valores das matérias-primas e dos meios de produção (lembrando que seus valores correspondem ao trabalho médio empregado neles) são partes integrantes do valor da mercadoria.

3 O fio é utilizado por Marx em *O capital*, como exemplo da mercadoria final, que para ser produzida, necessita do trabalho presente (executado pelo trabalhador e pago diretamente pelo capitalista), como também do trabalho passado, que produziu o algodão, que é a matéria-prima e também os instrumentos de fazer a fiação. Para que o fio fosse produzido, portanto, foi necessário todas essas etapas de trabalho, anteriores e presentes.

Durante o processo de trabalho, ou seja, durante a transformação da matéria-prima em mercadoria, somente deve ser consumido o tempo de trabalho socialmente necessário para tal produção, pois somente ele conta como formador de valor. O valor diário pago pela força de trabalho, considera portanto, o tanto de trabalho presente necessário para produzir a mercadoria objetivada e também, se esse valor pago por quantidade x de trabalho para produzir mercadoria y , é a necessária para a subsistência desse trabalhador. É importante ressaltar que o valor da manutenção diária da força de trabalho (o salário, no caso), considerando o trabalho necessário a ser empregado diariamente para manter o trabalhador vivo, não corresponde exatamente à força de trabalho que esse trabalhador irá desempenhar diariamente. “O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas”. E essa diferença é o motivo que faz o capitalista se interessar em comprar a força de trabalho. O trabalhador terá no ambiente de trabalho, os meios de produção necessários não somente para empregar x horas de trabalho (pelas quais será pago) e produzir somente a mercadoria y ; mas sim condições suficientes para empregar o dobro de x e produzir o dobro de y . No mercado, o capitalista vende a mercadoria y pelo seu valor, ou seja, pelo valor que representa a quantidade de trabalho empregado (passado e presente) e que o mesmo também pagou para que ela pudesse ser produzida. No entanto, a mercadoria y foi produzida em dobro, e ele pagou ao trabalhador somente o equivalente a x horas de trabalho, ou seja, o equivalente ao trabalho necessário para produzir uma mercadoria, não duas. A parte do trabalho – valor – que ele não pagou ao trabalhador por produzir a segunda mercadoria, mas recebeu ao vendê-la no mercado, corresponde ao seu *lucro* – ou *mais-valia*⁴. Cabe ressaltar portanto, que os lucros são obtidos pela venda de mercadorias exatamente pelo que valem, não por um valor acima disso.

O processo de valorização é um processo de formação de valor prolongado. O processo de formação de valor dura até o momento em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente. Se ultrapassa isso, torna-se então um processo de valorização. O *processo de produção* como unidade do processo de trabalho e do processo de formação de valor, é um processo de produção de mercadorias; já como unidade de processo de trabalho e do processo de valorização, ele é processo de produção capitalista – a forma capitalista de produção de mercadorias.

4 Para explicar o processo de formação de valor e de valorização, Marx se utiliza de exemplos monetários e quantitativos, dos quais não lançamos mão aqui, por se caracterizar como um complicador para este formato de texto, uma vez que complexifica a explanação tornando impossível reduzi-la em uma resenha.

O seguinte texto do livro, “Salário, preço e lucro”, também de Marx, se trata de um informe pronunciado por ele em 1865 (dois anos antes da publicação do livro primeiro de *O capital*) nas sessões do Conselho da Associação Internacional dos Trabalhadores e publicado em Londres no ano de 1898 pela primeira vez, com o título “Valor, preço e lucro”. Nesse pronunciamento, Marx explica de uma forma mais clara alguns elementos discutidos no livro *O capital* e que foram trazidos no texto anterior deste livro aqui apresentado – A dialética do Trabalho. Dessa forma, estão presentes explicações sobre valor e trabalho, onde ele afirma que o trabalho é a “substância social comum a todas as mercadorias”, pois para que uma mercadoria seja produzida, é necessário que se incorpore nela uma determinada quantidade de *trabalho social*⁵ – trabalho que é parte integrante da soma total de trabalho gasto pela sociedade, subordinado à *divisão de trabalho dentro da sociedade*. Assim, uma mercadoria tem um *valor* porque é uma *cristalização de trabalho social*. Não obstante, Marx lembra que a *retribuição* do trabalho e a *quantidade* de trabalho são coisas completamente diferentes e, além disso, ressalta que os salários dos trabalhadores não podem exceder e ser superiores aos valores das mercadorias por ele produzidas. No entanto, os salários podem ser inferiores em todos os possíveis graus, estando assim limitados pelos valores dos produtos, mas nunca limitando os valores os mesmos.

O autor segue falando da relação entre trabalho social e valor da mercadoria, colocando que como a quantidade de trabalho necessária para uma dada mercadoria varia sempre de acordo com as mudanças nas forças produtivas, quanto maiores são estas, mais mercadorias serão produzidas em um dado tempo e; quanto menores são, no mesmo tempo será produzida uma quantidade menor de mercadorias. Portanto, nessa relação, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menos trabalho é necessário para produzir uma mercadoria e, conseqüentemente, menor será seu valor – e vice-versa. Dessa maneira, “os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho incorporado em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado” (MARX, 1865). São dois os principais fatores que alteram as forças produtivas do trabalho: 1) as condições naturais do trabalho: fertilidade do solo, riqueza das jazidas minerais⁶ etc.; 2) aperfeiçoamento progressivo das forças sociais do

5 “Lembremos que eu usei a expressão ‘trabalho social’ e esta denominação de ‘social’ implica muitas coisas. Quando dizemos que o valor de uma mercadoria é determinado pela *quantidade de trabalho* aplicado ou cristalizado nela, queremos nos referir à *quantidade de trabalho* necessário para produzir essa mercadoria numa dada situação social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma determinada intensidade social média e com uma destreza média do trabalho utilizado. [...] A quantidade de trabalho necessária para produzir uma mercadoria varia constantemente ao variarem as forças produtivas do trabalho aplicado.” (MARX, 1865).

6 A água, ou os chamados recursos hídricos também se configuram como essenciais para o desenvolvimento das forças produtivas.

trabalho, a partir de vários elementos como: produção em grande escala, concentração do capital, divisão do trabalho, maquinaria, métodos, processos químicos, redução do tempo e espaço pelas tecnologias de comunicação e transporte, dentre outros, incorporados às forças produtivas pela ciência.

Ao adentrar na definição de *preço*, Marx inicia afirmando que este é, em suma, a expressão monetária do valor. Uma forma particular que o valor assume, quando no processo de troca, aprendemos a exprimir em ouro ou prata, por exemplo, os valores das mercadorias – ou seja, as quantidades respectivas de trabalho para sua produção. É dar aos valores de todas as mercadorias uma *forma independente e homogênea* e, por meio disso, representar esses valores como quantidades de igual trabalho social. Por ser puramente a expressão monetária do valor, Marx lembra que o *preço* foi denominado por Adam Smith de *preço natural*. Esse *preço*, ou *preço natural* ou mesmo *valor*, no mercado é o mesmo para todas as mercadorias da mesma espécie, mesmo tendo sido produzido em diferentes condições por seus produtores. E eles representam exatamente, apenas a quantidade média de trabalho social necessária para, em condições básicas de produções, abastecer o mercado. Logo, *preço de mercado* é igual a *preço* – ou *preço natural* –, que é igual a *valor*.

Contudo, os *preços de mercado* sofrem alterações de acordo com as variações da oferta e da procura. Se esses dois elementos estão equilibrados, os preços de mercado corresponderão a seus preços naturais. E mesmo com todas as oscilações nessa relação, considerando um período de tempo razoável, a tendência é que as mercadorias sejam vendidas geralmente, pelos seus *valores* ou *preços naturais*. Dito isto, o autor nos provoca a questionar de onde vem então o lucro dos capitalistas. Em seguida passa a explicar o que é a força de trabalho, qual é o valor do trabalho e de onde vem a *mais-valia* – elementos e processos explicados no texto anterior deste livro (“Processo de Trabalho e processo de valorização”, que faz parte do livro primeiro de *O capital*). Ao recorrer tais processos, é importante colocar aqui sua afirmação que diz que essa troca entre o capital e o trabalho é a base do sistema de trabalho assalariado, que conduz constantemente à “reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista”.

Quando falamos de exploração do trabalho e esse trabalho é assalariado – nessa relação onde supostamente a força de trabalho é paga pelo capitalista – pensamos em uma relação injusta e de certa forma, de dominação, mas Marx vai mais além. Ele chama atenção para o fato de que mesmo que somente uma parte do trabalho diário do trabalhador seja paga e que, da outra parte que não é paga é de onde vem a *mais-valia*, ainda assim, o que parece é que o trabalho é todo pago. E se comparamos esse trabalho assalariado com o

trabalho escravo, fica parecendo que a parte que é paga ao trabalhador escravizado, não existe. A parte que é paga nesse caso, é o que o trabalhador necessita para viver e que é garantida pelo “seu senhor”. A diferença é que, diferentemente do trabalho assalariado, no trabalho escravo não houve acordo entre trabalhador e senhor, como há no primeiro – onde o salário representa não exatamente a força de trabalho empregada pelo trabalhador diariamente, mas sim o valor que ele necessita para viver e se manter como trabalhador. Essa comparação descortina ainda mais a exploração capitalista do trabalho e nos leva a ver com maior clareza o processo de valorização e a formação do lucro e da *mais-valia*.

Outrossim, Marx também revela nesse texto não somente o processo de formação da *mais-valia*, mas também como se divide e para onde vão as suas partes. Ele explica que o lucro obtido não vai por inteiro para o capitalista empregador, mas é dividido entre ele e mais duas pessoas: o dono da terra (utilizada seja para a agricultura, para construção de edifícios, ferrovias, etc.) que a vende ou aluga e o capitalista financeiro que empresta o dinheiro para o capitalista empregador. Assim, a *mais-valia* se divide em *renda da terra*, *juro* e *lucro industrial* ou *comercial*. Somente quando o capitalista empregador é dono tanto da terra quanto de todos os meios de produção e não necessita comprar, alugar terra, nem tomar capital emprestado, o *montante do lucro* pertencerá exclusivamente a ele. Mas, mesmo existindo tais partes que dividem a *mais-valia*, todas elas vêm da mesma fonte: do trabalho não pago que o capitalista empregador extorque do trabalhador. E para este, não faz diferença que essa *mais-valia* seja dividida entre três ou que fique somente no bolso do seu empregador; a exploração será a mesma e dela depende todo o sistema de trabalho assalariado e de produção.

Dentro dessa relação, Marx insere a categoria *taxa de lucro*, demonstrando que a mesma é a proporção entre o lucro obtido e o capital desembolsado pelo capitalista empregador. Se o valor produzido foi de, por exemplo, 200 reais, onde o lucro obtido foi 100 reais e o capital investido em salários 100 reais também, a *taxa de lucro* foi de 100%. Desse modo, a *taxa de lucro* vai depender da relação entre o salário pago (trabalho pago e trabalho não pago) e o valor obtido na venda da mercadoria. E assim, “se os salários baixam, os lucros subirão; e se os salários sobem, os lucros baixarão”.

Marx segue discutindo sobre a correlação de forças entre o trabalhador e o capitalista, expondo situações em que o primeiro é obrigado a lutar por aumento do seu salário ou contra sua redução. Quando por exemplo, pela diminuição da produtividade, seja necessário mais trabalho para produzir produtos agrícolas e que os preços desses produtos – que são necessários para manter vivo o trabalhador – subam; se os salários não sobem na mesma proporção, o preço do trabalho cai para um valor abaixo do valor do trabalho, piorando o

padrão de vida do trabalhador. Ou quando o *valor* desses mesmos produtos e do trabalho estão estáveis, mas o *preço* deles em dinheiro sofre alteração por conta de uma modificação no *valor do dinheiro*. Ele também vai falando dos resultados da luta entre o capital e o trabalho, onde o capitalista tenta constantemente reduzir o salário e prolongar a jornada de trabalho, e o trabalhador constantemente tenta conseguir o contrário. Nessa correlação de forças, pressionado pelos trabalhadores, o Estado entra como o responsável por regulamentar o limite da jornada de trabalho. Sem isso, não haveria essa regulamentação, nunca haveria acordo entre trabalhadores e capitalistas, pois nessa correlação de forças “o capital é a parte mais forte”. Essa luta por limites na jornada de trabalho, assim como a luta pelos salários, são fatos inerentes ao sistema de trabalho assalariado e, não representam nada mais do que a perpetuação do mesmo. É uma luta, segundo Marx, contra seus efeitos, não contra suas causas. O objetivo das lutas, portanto, não deve ser por salários justos e jornadas de trabalho justas, mas pelo fim do sistema de trabalho assalariado.

O texto seguinte, “Crítica ao programa de Gotha – observações sobre o Programa do Partido Operário Alemão, foi escrito por Marx em maio de 1875, como uma crítica contundente ao programa do referido partido. O Programa de Gotha foi escrito e apresentado em um Congresso que reuniu o Partido Operário Social Democrata e a União Geral dos Operários Alemães, que formariam naquela ocasião um só partido, o Partido Operário Alemão. A crítica – somente publicada em 1981 na revista *Neue Zeit*, com prólogo de Engels – é feita de maneira detalhada e incisiva a cada ponto do programa que contradiz os princípios e compreensões de Marx acerca do trabalho, da relação capital-trabalho, da construção de uma sociedade comunista e do Estado. O autor desconstrói afirmações, trechos e objetivos do partido recém-criado, apresentados no referido programa. No texto, Marx se utiliza do Manifesto Comunista como base para diversas críticas e negações ao programa, assim como também direciona tais críticas aos seguidores de Ferdinand Lassalle – precursor da social-democracia alemã – aos quais ele e Engels chamam de lassanianos.

O penúltimo texto, intitulado “Trabalho produtivo e trabalho improdutivo” é extraído do chamado “Capítulo inédito” – Capítulo VI – e se constitui, para Antunes, “num dos momentos mais geniais da formulação do autor [Marx] acerca das distintas formas de subordinação do trabalho ao capital”. Ao diferenciar *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* dentro da lógica capitalista, Marx também nos leva a compreender em que lugar da engrenagem da reprodução capitalista, se situam os diversos trabalhos que não se encaixam na condição de trabalho diretamente comprado com intenção de gerar mais capital. Para tanto, esclarece que *trabalho produtivo* é aquele e somente aquele, que diretamente produz *mais-*

valia, que se realiza em um produto, em uma mercadoria. Ele valoriza diretamente o capital quando, no total de mercadorias produzidas, representa uma parte percentual de trabalho não pago, ou seja, que não custa nada ao capitalista. Ele é, pois, o trabalho socialmente determinado pela relação entre o comprador e o vendedor do trabalho, sendo assim trocado diretamente por dinheiro enquanto capital. Conseqüentemente, somente é trabalhador produtivo, aquele que executa o *trabalho produtivo*, o trabalhador que vende sua força de trabalho para gerar *mais-valia*.

Não obstante, o *trabalho improdutivo* é o trabalho que, mesmo produzindo algo e sendo assalariado, não gera *mais-valia*. Para diferenciar o trabalhador improdutivo do produtivo, Marx utiliza como exemplo dois escritores: um que escreveu seu livro em um processo particular, o vendendo em seguida e se convertendo assim em um negociante e; um outro, que produz livros por encargo do livreiro, que transformará seu trabalho em capital, obtendo com isso o lucro. Dessa forma, os trabalhos que se caracterizam como serviços e não são produtos separáveis dos trabalhadores e trabalhadoras, ainda que sejam explorados de forma capitalista, são insignificantes diante da produção capitalista. Portanto, essencialmente, a diferença entre essas duas formas de trabalho consiste em que o trabalho pode ser trocado por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital – sendo este último a forma *produtiva* do trabalho, que transforma mais-valia em capital.

O último texto é um fragmento dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx, onde ele apresenta pela primeira vez de modo sistemático, segundo Antunes, a noção de trabalho alienado. Se tratando do livro *A dialética do trabalho*, sobre o qual trata esta resenha, esse último texto é o que apresenta igualmente pela primeira vez, como se sente a trabalhadora e o trabalhador dentro do processo de produção capitalista, em relação ao seu trabalho e ao produto do mesmo. Após trazer definições sobre o trabalho e explicações de como acontecem os processos de trabalho e de valorização, além de apresentar a pungente crítica ao Programa de Gotha – mostrando com ela diretamente a dimensão da disputa política travada por Marx e Engels na luta pela construção de uma sociedade comunista –, o livro é encerrado revelando a condição da consciência da trabalhadora e do trabalhador enquanto pessoa explorada e dominada, privada de liberdade. Privação que se materializa e se apresenta não somente no trabalho vendido e no produto que não lhe pertence, mas também em diversas dimensões da vida dessa trabalhadora e desse trabalhador.

Marx mostra as direções contrárias de condições entre trabalhador e capitalista, ao dizer que quanto mais riqueza o primeiro produz (para o segundo), mais pobre se torna. E, não obstante, gera sua própria objetificação, quando se torna uma mercadoria cada vez mais

barata, na proporção que cria mais mercadorias com seu trabalho. Nesse sentido, “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria”. E quanto mais objetos o trabalhador produz, menos ele pode possuir e se torna cada vez mais dominado pelo seu produto, pelo capital. Não sendo possuidor do produto que ele mesmo produz, o trabalhador está diante pois, de um objeto, de um ser estranho a ele, que se materializou pelo seu trabalho, mas que ele não tem domínio sobre o mesmo. Esse estranhamento se expressa dentre outras coisas, no fato de que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir. E ele está presente tanto no ato da produção quanto no produto, resultante dela.

O trabalho é externo – e estranhado – ao trabalhador na medida em que este não se afirma no trabalho, mas nega-se; na medida em que não se sente bem e que não o executa de forma voluntária, mas de forma obrigatória. Para o trabalhador e para a trabalhadora, esse trabalho aparece como não sendo seu, mas de outro; como uma atividade voltada contra ela e contra ele. Nessa relação, a propriedade privada aparece como a razão e o fundamento desse trabalho exteriorizado, como a expressão material do mesmo e, não obstante, da relação externa da trabalhadora e do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

Ao objetivar introduzir as leitoras e os leitores ao pensamento de Marx e Engels sobre o significado do trabalho, Antunes faz mais. Por meio dos referidos textos, apresenta o trabalho de uma forma ampla, onde o mesmo é definido tanto como criador do homem e da mulher enquanto seres sociais, como também é revelado como produtor – ao lado da natureza – de *valor* e de *mais-valia*, no modo de produção capitalista. A dimensão ampla do significado de trabalho, assim como a sua dialética, se mostram com complexidade e ao mesmo tempo com clareza nesse livro, a partir dos referidos autores. Tais compreensões são, sobretudo em conjunturas de crises econômicas e políticas, cruciais para entendermos os pilares da reprodução capitalista e as consequências que recaem nas trabalhadoras e trabalhadores, que representam o lado frágil da relação capital-trabalho. No entanto, o livro também nos provoca o entendimento de que ser o lado frágil dessa relação não representa necessariamente fraqueza. O trabalho como criador do homem e da mulher e ao mesmo tempo como força motriz da reprodução capitalista, é, não obstante, também a força capaz de destruí-la.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012. Coleção Marx-Engels. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. ISBN 978-85-7559-189-5 1.

Submetido em março de 2018

Aceito em abril de 2018